

Teoria, primeiro

Pedro Lincoln C. L. de Mattos (UFPE)

Resumo

Mesmo sendo um objetivo básico de seu trabalho, se não o mais característico, os pesquisadores não refletem criticamente sobre teoria. Este ensaio teórico tenta isso - caracteriza-se, portanto, como metateoria - motivado pelo contexto atual da cultura cibernética em que a tecnologia assume o protagonismo do pensamento, agrega-se à produção científica, e leva a teoria, como a conhecemos em nossos trabalhos, a uma crise. No centro da crítica se põe uma concepção ontológica da teoria (ela descreve e revelaria, mesmo parcialmente, o mundo como ele é, ou como se supõe que seja, diante de nós). A argumentação situa historicamente o surgimento e a fixação desse paradigma, primeiro na filosofia e, depois, com o triunfo do empirismo, no método empírico da ciência. Lembram-se algumas posições críticas já consagradas no Séc. XX; foca-se no uso, assim criticado, de teoria em nossa área, representado pelo instrumentalismo; e se leva a argumentação a duas propostas de redesenho do lugar do trabalho teórico, dando-lhe característica, sobretudo na Administração, mas pleiteando-lhe, de qualquer forma, a função humana insubstituível da imaginação.

Palavras-chave. Teoria. Paradigma ontológico da teoria. Política científica do trabalho acadêmico. Teoria em Administração e em Estudos Organizacionais.

1 - Introdução. Sinais de uma crise da teoria?

Começo com uma provocação. Quem, obviamente além do leitor, ainda se interessa em discutir **sobre** teoria, produto típico do Século XX, quando qualquer um estaria pronto a discutir impactos da tecnologia, produto do Século XXI?

Não é bem o caso de nos lastimarmos por ensinar (e gostar de) teoria, nem que nossos públicos internos ou externos só se interessem pelo conhecimento que chamamos "tecnologia". Mas realmente creio que isso pode estar começando a acontecer em relação a um círculo mais amplo de professores e pesquisadores de nossa área, neste momento.

O Séc. XX

O Séc. XX pode ser hoje visto, em uma perspectiva histórica, como o tempo em que desaguaram, com formulações teóricas geniais, problemas de grande alcance ainda mal esboçados no Séc. XIX. De interesse de nossa área, a sociologia, mesmo anunciada em termos positivistas por Auguste Comte, teve em Max Weber e Émile Durkheim, que fizeram mais pesquisa teórica do que empírica, suas grandes matrizes. Grande parte de nós foi formada no estruturalismo de Lévi-Strauss. Entramos em alguns ramos da semiótica, que nos fez voltar a Charles Pierce, e até na psicanálise social; fomos longe com a antropologia e a etnometodologia. O funcionalismo talvez tenha sido a primeira

teoria absorvida pela administração. Atualizamo-nos, à época, com as teorias da psicologia social. O Behaviorismo, foi-nos polêmico. Fui e sou um entusiasta do Interacionismo Simbólico. Estudamos a teoria dos sistemas. Paramos tudo para ler Alberto Guerreiro Ramos! E entramos na segunda metade do Séc. XX. Foi quando aqui chegaram os "astros" teóricos da pós-modernidade em França, fazendo eco a Nietzsche. Empolgando-nos com o Neo-Institucionalismo. E houve a chegada triunfal dos Estudos Organizacionais com seus antológicos handbooks, como o *dernier cri* da Teoria Organizacional. Ou esse título caberia ao *Management Critical Studies*? Enfim, em nosso campo, dito interdisciplinar, a teoria sempre foi bem-vinda. Pode ser até que nisso tenhamos ido longe demais...

Creio que **o interesse** do conhecimento científico do Séc. XX por teoria, nas mais diversas áreas, está se transferindo para a pesquisa de aplicações de ciência aos mais diversos interesses sociais e econômicos, impulsionado pela tecnologia. Mas não é só.

Tecnologia, o "shift" do Séc. XXI

"Tecnologia", há muito, já não é o conhecimento embutido na máquina nem o de seu manuseio. Tornou-se um **fenômeno cultural do conhecimento em nosso tempo** e seu contexto mais amplo de significado é a cibercultura (RUDIGER, 2007). A "externalização" mecânica do pensamento humano, via software e, em geral, a inteligência artificial, graças à codificação da informação, estabelecendo um ambiente industrial (padrões de multiplicação econômica) para as expressões de linguagem natural, potencializou incrivelmente a dimensão aplicativa e **re-criativa** da linguagem teórica, não raro ao custo das dimensões reflexiva, crítica e criativa. E aqui tocamos a crise da teoria: o que ela perdeu, posto que ainda não descobriu suficientemente aquelas dimensões.

A ciência moderna sempre foi um saber útil e sempre desenvolveu instrumental próprio, mas, dada a explosão atual da informação, quando cresce a demanda de mercado ao mundo científico por produtos novos, de maior funcionalidade e menor custo, por "soluções" mais eficazes e voltadas para problemas, inclusive gerados pelo próprio processo de produção industrial e de consumo compulsivo, a pesquisa e produção acadêmica adota isso como seu ambiente natural **e faz ciência como tecnologia**. Sim, porque é preciso começar deixando claro: tecnologia **é** ciência.

Valho-me da liberdade - e quase descompromisso acadêmico - oferecida nesse ambiente, e apoiado na teoria do significado da linguagem, que é definido primeiro pela intenção da fala, para dizer que a qualificação "tecnologia", "tecnológico" está passando a significar **o lado instrumental da ciência**, a prática da ciência **orientada para**. É a emergência da racionalidade técnica, que a ciência nunca deixou de ter. E eu estou de acordo com esse "shift" de significado. Por três motivos: primeiro, pela perda de substância da pretensão ontológica da ciência e de sua neutralidade política (detalharei adiante); segundo, pela inevitável imersão da ciência, fenômeno histórico-cultural, no ambiente da cibercultura; terceiro, para manter distinto na ciência - ou salvar-lhe - o impulso de criação independente do espírito humano. (Este terceiro, será meu ponto de chegada.)

Além disso, por ser linguagem, comunicação social, a objetivação e justificação racional da evidência continuam sendo fundamentais a toda ciência e tecnologia.

"Ciência e tecnologia", disse eu. Porque há mais de trinta anos a **pesquisa sobre** tecnologia vem tomando espaço e verificando que ciência e tecnologia se tornaram cognatos, têm a mesma raiz. Ainda que, socialmente, se admitam interesses diferentes ou pontos de partida diferentes para o interesse, já não há como separá-las. Institucionalmente, tem-se "Ciência e Tecnologia" (C&T), e academicamente consolidou-se o campo denominado "Science and Technology Studies". (Quem quiser, dê uma olhada no *The Handbook of Science and Technology Studies*, já em quarta edição, de 2017, com quase 40 capítulos e mais de 1000 páginas, e no excelente *An Introduction to Science and Technology Studies*, de Sérgio Sismondo, em 2a edição, de 2010.)

Essa "tecnologização" (perdoem-me o neologismo) do interesse científico, o "shift" de que falo, acontece em todas as áreas e pode já ter chegado à Administração e Estudos Organizacionais e não nos termos dado conta. É momento de refletirmos sobre este movimento global que não se mostra apenas nas temáticas de áreas de concentração de cursos, de grupos de pesquisa, de periódicos, de dissertações e teses, aqui e fora. Vejo-o, especialmente, em dois fenômenos: a) na elevação de qualidade da produção conceitual e técnica das consultorias e nos produtos da chamada indústria do management, que nos atinge também quando atuamos nos chamados "MBAs"; b) na polissemia e, não raro, na degradação de uso do termo "teoria"; na perda de clareza do que significa, do que vale, do "para que serve" e do que **não é** "para servir".

A partir disso, e lembrando aqui as controvérsias sobre o lugar histórico e o estatuto epistemológico da certeza na ciência paradigmática, havidas entre as décadas de 1960 e 1990, já chamadas de "science wars", é que coloquei antecipadamente esta discussão sobre teoria como estando nós a atravessar **uma crise** da teoria.

Se a ciência se desloca para a tecnologia, a teoria passa ao segundo plano. Mas, se a teoria se pretendesse alvo do interesse científico maior, como foi no Séc. XX, século das grandes controvérsias e inovações teóricas, a metodologia dos trabalhos científicos poderia, por contraste, mostrar a virada de direção. De fato, o experimento, em que ocorre o investimento financeiro dos grandes laboratórios mundiais de pesquisa, tem seu centro de gravidade no teste, não na teoria, posto que a maior parte das hipóteses sob teste são variações sobre os resultados de outros experimentos ou observações, visando nova solução ou seu grau de segurança. Por aí vai a pesquisa científico-tecnológica.

Um lugar para a teoria

Minha convicção é de que só a reflexão crítica sobre o sentido e o lugar **da teoria** pode abrir-nos, a nós de Administração e Estudos Organizacionais, ao reconhecimento do lugar **da tecnologia** (sempre entendida como tendência cultural), talvez até já presente em muitos de nossos trabalhos.

Em termos de nossa experiência próxima, o lugar incerto da teoria apareceria sob a forma de dúvida ou de desatenção nas respostas que se dessem a perguntas como:

que função tem na estrutura argumentativa de muitas de nossas dissertações e teses o chamado "referencial teórico"? Se, de fato, é apenas uma revisão de literatura, que papel têm tais referências naquela estrutura ou nas conclusões da pesquisa? Teríamos relativo consenso se nos perguntassem o que é teoria? Como sustentariamos o valor de um ensaio teórico? A generalização conceitual que se pode fazer em nossa área a partir de casos de sucesso ou insucesso pode ser adequadamente chamada "teoria"? Estariamos prontos para justificar a carga teórica que inserimos em nossos cursos de graduação e mesmo de pós-graduação? Ou deveríamos adotar, sem maiores pruridos, o conceito de tecnologia organizacional e administrativa como central à epistemologia específica de nossa área?

É momento, sim, de refletir sobre o lugar da teoria em nosso trabalho.

O positivismo nas raízes?

Antes de virarmos esta página introdutória e quase motivadora, acho importante fazer uma observação sobre a ciência-tecnologia - aparentemente em detrimento da teoria científica. É que suas raízes justificadoras, aspecto que aqui mais nos interessa, estão cravadas no positivismo lógico das primeiras décadas do século passado, como ressalta SISMONDO ao falar da "pré-história dos Estudos de Ciência e Tecnologia" (2010, p.2). Diz ele:

"Os positivistas lógicos sustentam que o sentido de uma teoria científica (como, aliás, qualquer coisa) se esgota nas considerações lógicas e empíricas do que poderia verificá-lo ou falseá-lo. Uma teoria científica é um sumário, um condensado, de possíveis observações. (...) Para os positivistas lógicos, teorias se desenvolvem por um método que transforma pontos individuais de dados em proposições gerais. O processo de criar teorias científicas é, portanto, um [processo] indutivo."

O positivismo lógico justificou antecipadamente a nova hegemonia da ciência tecnológica. Por esta razão ou para lembra-la, incluí adiante, um argumento específico sobre a crítica de Popper à lógica indutiva e sua surpreendente afirmação sobre a natureza epistemológica das teorias científicas.

2 - Meu conceito de "teoria"

Ninguém avança compreensivelmente nenhuma discussão analítica como esta nossa sem uma fixação mínima de significado para os termos que usa, ainda que o desenvolvimento deste texto vá retomando e revirando estes termos para gerar variações semânticas no seu uso. O (muito comum) jogo de linguagem "o que é (teoria)?" pode ser empregado para introduzir tal fixação, que ajuda na análise.

O significado básico que adoto para "teoria" é o de **uma atividade** linguística da razão humana que cria e reproduz mundos simbólicos de conceitos de forma orgânica, contextualizada e explicável, de modo a **justificá-los**. O objeto da teoria é o conceito.

Dizemos que **trabalhamos com conceitos**, mas ao dizer isso podemos estar deixando em segundo plano que a teoria é este trabalho justificativo. Nas tradições disciplinares, a

atividade se aperfeiçoa enormemente, e podemos até dizer que só valorizamos e consideramos teoria a atividade elaborativa que atingiu uma forma ampla, coerente, capaz de demonstrar sua unidade lógica, a ponto de podermos dar-lhe um nome (o que eu vejo, por ex., acontecer na teoria neo-institucional).

Fazer teoria é e deve ser uma experiência em nossas carreiras.

3 - A intenção principal deste texto

Meu ponto aqui é o de que **nos habituamos a um sentido ontológico para a teoria** ("que mundo a teoria nos revela?"), supondo uma correspondência linguagem-mundo, que a crença empírica da ciência moderna elevou ao status de paradigma máximo e inarredável. Mas, de Nietzsche a Wittgenstein - ambos aqui tomados como símbolos de viradas epistemológicas - inverteu-se a relação entre ontologia e epistemologia. Veio a prevalecer a crítica do conhecimento e a pesquisa do "como venho a conhecer e formular certezas". Na grande discussão epistemológica da ciência no Século XX, o sentido ontológico da teoria entrou em crise, mas remanesce dúbio em nosso discurso e em nossa metodologia, **justamente no momento em que vem surgindo outro sentido, o da ciência-tecnologia**. Ou seja, a pergunta do paradigma ("que mundo a teoria nos revela?") tem sua finalidade invertida, ou seja: "que podemos **fazer** com essa teoria?" e até "que teoria melhor **serve** ao que queremos fazer?" - perspectiva instrumental a que nos referiremos adiante, na seção 13.

Se não for por nós recriada, a teoria tende à assimilação ou restrição progressiva por seu uso instrumental, confundindo, inclusive, a entrada em cena do próprio saber tecnológico. Esse é meu campo de preocupações, a intenção deste texto.

Noutros termos, é o meu apelo: "Teoria, primeiro".

4 - As seções seguintes

O que foi posto até aqui vale como contexto e intenção a partilhar. Nessa direção, pretendo, a seguir, desenvolver meu argumento nas seções seguintes, visando:

- i) lembrar o profundo lastro cultural, de origem milenar, que nos faz procurar a teoria como lugar da expressão adequada do mundo real, o entendimento ontológico de teoria (seções 5 e 6);
- ii) referir-me a alguns argumentos de "pesos-pesados" da filosofia, discutidos no Séc. XX, que levariam a mudança daquele entendimento, redimensionando, em consequência, seu uso remanescente na metodologia (seções 7 a 11);

Nota. É claro que os limites de um ensaio teórico sobre movimento histórico como esse obrigam a alta seletividade de matéria, com inevitáveis lacunas e riscos. O critério que orientou a escolha de cinco autores ou escolas foi o da desmontagem de bases metafísicas do método empírico que consagrou o paradigma ontológico, de raízes filosóficas (como mostrado nas seções 5 e 6), uma vez que todo o castelo deste paradigma não pode apoiar-se em evidências obtidas com o uso dele próprio. Este

critério fez omitir outros movimentos críticos não menos poderosos havidos no Séc. XX, como a redefinição da linguagem, inclusive a da ciência, e a desconstrução lógica e histórica do empirismo, desenvolvida em França entre os anos 1960 e 1990.

iii) pondo foco na Administração e nos Estudos Organizacionais, sugerir, por análise de publicação muito citada sobre teoria e por referência a uma amostra de trabalhos apresentados no EnANPAD, o que pode estar predominando entre nós (seções 12 e 13);

iv) e, em conclusão, pleitear dois pontos, disjuntivamente: a introdução corajosa da ideia de C&T na Administração e a valorização da característica imaginativa, puramente criativa, de teoria (seção 14).

5 - A herança (ou o pecado?) dos pais

Primeiro, uma abordagem histórica. Teoria nasceu associada a "verdade sobre o mundo" ("que mundo a teoria nos revela", "teoria verdadeira, teoria falsa").

Contudo, que precisaríamos dizer se alguém nos perguntasse: de onde vem, qual a pré-história de nossa concepção ontológica para "teoria"? Teríamos que voltar aos séculos clássicos da cultura grega porque foi sobre ela que se construiu, ao longo de milênios, o acervo que alimenta a reflexão metateórica, que ilusoriamente imaginamos nossa.

Quando passou a integrar (Séc. IV a.C.) o entendimento de "*epistême*", significando a competência de trabalhar bem com o *lógos* (a razão), o termo "*theoría*" incluía um sentido ativo. Falava-se de um hábito mais encontrável em certo tipo de pessoas, os *sóphoi* (sábios), que levavam uma vida dedicada ao pensamento (*bíos theorétikos*), embora a *sophía* não fosse apenas deles, pois havia também os *sóphoi* que se dedicavam à prática (*bíos praktikós*). A **ação** *theoría* consistia em pôr-se diante de, deixar-se ficar diante de, e inicialmente não se isolava dos sentidos (Péricles, Séc. V a.C, ia *theoréin*, observar, assistir os jogos de Atenas). Só depois, com Platão (428-348 a.C), "*theoría*" foi ficando restrita à ação de deixar-se ficar diante de algo **mental**, a contemplação interior ou reflexão.¹

Foi a filosofia de Platão que motivou a derivação semântica restritiva do *lógos* para narrativa do real, por oposição ao mito, e com ela a de "teoria", atividade que seria então exclusiva do pensamento e da palavra.

Hoje, a filologia histórica permite reconstituir um momento fundamental para o rumo que tomou o pensamento dominante no Ocidente. Ainda no Séc. V a.C, houve uma grande polêmica na Grécia Antiga. Heráclito de Éfeso (535-475 a.C) e seus discípulos defendiam a ideia fundamental do movimento para entender-se tudo, inclusive o que pensamos. De outro lado, Parmênides de Élea (530-460 a.C), mestre-referência de Platão que não chegou a conhecê-lo, pregava a estabilidade como princípio maior, expresso na ideia de ser (*tó ón*), objeto de contemplação e pela qual era obcecado, e nos deixou seu maravilhoso poema em que um jovem era arrebatado ao céu e lá a Deusa lhe revelava o segredo da verdade, que permitia o saber e toda lógica: "o ser é, e não pode não ser". Estava em questão, além de um hábito entre elites locais, o futuro de um valor

¹ Neste parágrafo, segue-se de perto KOIKE, Katsuzo; MATTOS, Pedro. L. C. L. (2001).

social daquela cultura. Foi a primeira "guerra das ciências", vencida por Parmênides e Platão (CASSIN, 1995). Tivesse Heráclito prevalecido, talvez a verdade maior fosse hoje a ação, a mudança, a dialética da história... (Hegel e Marx antecipados...).

Para Platão, no *lógos* (razão) dava-se o próprio encontro do homem com as essências das coisas (conceitos), tal como existiam no verdadeiro mundo, uma espécie de mundo imaterial, o *tópos noetós*, o outro lado do mundo que vemos (algo que lembra a antimatéria da física quântica, correspondente a toda partícula subatômica observável). Nisso consiste a verdade: quando o *lógos* humano tem **evidência lógica** de sua participação no *tópos noetós*. Então, ao contrário do que pensava a Escola de Heráclito, havia, sim, a possibilidade e busca, ainda que laboriosa, da verdade - o ideal e fascínio da verdade. A descoberta da verdade era um exercício correto do *lógos*, na *theoría*. Nós todos, de alguma forma, somos filhos, herdeiros desta ideia.

A reformulação fundamental de Aristóteles, recusando o *tópos noetós* e centrando todo trabalho no mundo empírico, manteve, contudo, na teoria a expressão da verdade que, de qualquer forma, passa a ser a grande qualidade epistêmica. Hoje falamos de teoria verdadeira e falsa, mas esta derivação já é devida ao debate filosófico ou científico. Toda teoria é posta como verdadeira, mostrando-se depois, seja por que critério metodológico for, verdadeira ou falsa.

Chamo a atenção para estudos histórico-semânticos, anteriores a Parmênides e seu discípulo Platão, sobre o significado veritativo do verbo ser (*éinai*), entre outros usos. Kahn (1997) mostra, em sequência a vários outros estudos, que foi a partir do uso do verbo ser como simples cópula predicativa (atribui-se uma qualidade a um sujeito) que surgiu e se fixou o uso do verbo ser com significado veritativo (uma afirmação de verdade, por quem fala). A evolução semântica do verbo ser no grego clássico é também estudada por Santos em "El nacimiento de la verdad" (2004). Então pergunto: teria o significado ontológico de teoria, abraçado pelos filósofos clássicos (teoria é para expressar algo realmente existente no mundo), sido de fato uma ideia-produto de evolução semântica?

6 - Eles ontem e nós hoje

Assim formou-se a tradição - este é o legado. Por quase dois milênios, pelo menos até o Séc. XIX (para salvar o caso de Nietzsche), prevaleceu entre os filósofos ou cientistas o sentido ontológico criado pelos gregos para "teoria".

Enquanto o senso comum da cultura ocidental seguia seus caminhos na semântica evolutiva de "verdade", sobretudo a veracidade da palavra oferecida e as formulações de crença religiosa, os que se dedicavam à cultura erudita ou de maior riqueza verbal - chamemo-los "filósofos" - discutiam a ideia ontológica de verdade na esteira dos clássicos gregos: a existência real do que se afirmava do mundo, seja na teoria de Ptolomeu, que seguia a de Aristóteles, seja na de Copérnico, que veio a prevalecer. De qualquer forma, o consenso era de que toda teoria nasce para representar adequadamente o mundo.

A partir do Séc. XVIII, a ciência moderna, superveniente e triunfante com o Idealismo e a Revolução Industrial e, já entrando ou em pleno Séc. XX, sua versão predominante para o homem e a sociedade, que foram, como sabemos, o estruturalismo e a sociologia positivista, fundou sua pesquisa na mesma atitude: sua teoria era verdadeira **porque** descrevia e explicava o mundo objetivo, com fins práticos ou não, tal como ele é. A teoria reteve um sentido ontológico.

Já na segunda metade do Séc. XX, enquanto a modernidade se tornara cultura de massa e senso comum, forma-se outra convicção, a de que a referência maior é a cultura. A teoria representaria adequadamente o mundo **dentro de um grande quadro cultural** e civilizatório de crenças e de pressupostos cognitivos que Michel Foucault chamou o "chão epistemológico" de cada civilização ou ciclo cultural (FOUCAULT, 2007, p. IX-XXII). Aqui mesmo, no Ocidente, este quadro cultural evoluiu radicalmente nas últimas décadas e já não sabemos definir com clareza onde terminaria uma realidade "virtual" e começaria a realidade física "convencional", inclusive porque é possível sustentar hipóteses de "universos paralelos". O interesse por um sentido ontológico para a verdade teórica seria apenas histórico, se não dominasse ainda a metodologia de nossa pesquisa.

Para nossa concepção de teoria é muito importante ressaltar que a antiga conotação de teoria como contemplação curiosa e explicativa do universo cedeu lugar à ideia de natureza objetiva, independente do observador que se esforça por desvendar-lhe os segredos. Como resultado da própria prática metodológica da ciência moderna, a teoria **de** natureza veio a penetrar todas as áreas de ciência, todos nós fomos nela iniciados. A sociedade de que participamos é natureza, os sistemas e fenômenos sociais são tratados como natureza, a própria psique humana, realidade interior ao homem, é tratada como natureza. Objetivamo-nos, somos a natureza em busca de si mesma... Difícil conseguirmos nos ver do ponto de vista da nossa própria consciência individual, seria uma perspectiva "subjetiva", rejeitada pelo paradigma.

7 - Abalos já na modernidade, Kant

A metafísica clássica, a da evidência lógico-racional que pode garantir as condições de verdade ao que dizemos sobre o mundo, e que até hoje tem traços remanescentes no racionalismo do Séc. XIX (exemplo doméstico seria *Administração Industrial e Geral*, de Henry Fayol (1954 [1916])), só começou a ser abalada a partir do Séc. XVIII, quando a filosofia de Kant varreu a Europa e fixou seu foyer na Alemanha. Kant disse que da coisa-em-si, que ele chamou de "*noúmenon*", não podemos saber nem dizer nada. O mundo para nós é apenas o que se nos apresenta, que ele chamou "*fenómeno*". A ciência moderna, que em Kant encontrou apoio para afastar-se do saber clássico, investiga o *fenómeno* com seu método empírico. A evidência lógico-racional de Platão e Aristóteles, disse Kant, é apenas o efeito de estruturas mentais inatas, que aperfeiçoamos. Kant as tratou como "a priori" lógicos; eles são ditos "transcendentais" porque não podemos analisá-los ou justificá-los sem já os estarmos a usar. É o nosso limite.

Estava aberto o caminho para o grande paradigma epistemológico moderno, a nova fonte de evidência, a evidência empírica. Contudo, a ideia kantiana de inatingibilidade de mundo-em-si (*noúmenon*) não foi suficiente para afastar, junto à tradição filosófica, a ideia clássica do ser estável e, portanto, da validade do discurso ontológico. De fato, ainda nas primeiras décadas do Séc. XX, o positivismo lógico e o empirismo lógico, este uma derivação da filosofia analítica, alegando a justificação metafísica da ciência por Kant, sustentaram o discurso e a investigação teórica de sentido ontológico. Teriam sido eles infiéis à verdadeira posição metafísica de Kant, seguida, realmente, pela tradição chamada "Idealismo Transcendental" ² ?

8 - A Escola de Frankfurt, na tradição kantiana

Já na segunda metade daquele século, a posição original (e também modesta) de Kant face à impossibilidade do conhecimento da realidade tal como é, foi retomada por Jürgen Habermas, fiel às suas origens kantianas, na citação de Pedro Demo (1989, p.27):

"Diz Habermas, expressando a posição da Escola de Frankfurt: 'Não sabemos fundamentalmente nada a respeito de uma correspondência ontológica entre as categorias científicas e as estruturas da realidade' (HABERMAS, 1965, p. 292). Não se pode confundir o plano da lógica (o pensar) com o da ontologia (realidade pensada). Contradizendo o empirismo, que não problematiza tal correspondência, aceita-se que a ciência trabalha com uma realidade **construída**." (grifos do original)

A modernidade veio a abandonar a busca da verdade pelo racionalismo clássico, como fizera Descartes, mas transferiu o problema da consistência da teoria (da validade de fazer teoria) para o novo paradigma empírico, associando-o, em contrapartida, ao destino deste. Isso introduz a seção seguinte.

9 - Restrições à teoria de base empírica, Popper

O empirismo **como método**, analisado pela filosofia do conhecimento em busca de fundamentos, sempre apresentou dúvidas e pontos cegos, desde um dos seus próprios fundadores, David Hume (1711-1776). O movimento indutivo da observação para a formulação teórica conclusiva, fosse qual fosse a perfeição daquela e a linguagem objetiva e restritiva desta, continha um defeito lógico, chamado "salto indutivo". Como - perguntou-se insistentemente - do que se viu se pode **garantir** o que ainda não se viu? A repetição no passado gera probabilidade, não certeza. O fato de a ocorrência ter **sempre** confirmado no passado o que então era só hipótese exigiria, para firmar-se como fato, uma cadeia retroativa interminável (a "regressão ao infinito"). No Séc. XVII,

² "This work [Kant, E. (1783) Prolegomena to any Future Metaphysics] resulted in his mature doctrine of transcendental idealism, namely, that all our theoretical knowledge is restricted to the systematization of what are mere **spatiotemporal appearances**". AUDI, R. (1999). p. 491. (grifos meus)

Descartes fundava o final de sua dúvida metódica em Deus, cuja existência e fidelidade garantia a certeza. Argumento análogo não seria mais possível no Séc. XX.

O problema lógico da indução recebeu de Karl Popper não apenas um tratamento sistemático, mas um status epistemológico devido. Em *Os Dois Problemas Fundamentais da Teoria do Conhecimento* (2013 [1979]), ele retoma e resume suas obras anteriores sobre o assunto. Note-se que Popper, por suas antigas convicções sobre o empirismo lógico, trabalha o problema epistemológico **dentro de um quadro da ciência empírica** (ciência para ele é isso). Não sabemos se ele via na lógica das ciências humanas e sociais dificuldades como apontou para a ciência paradigmática, a da observação e do experimento, sobretudo na física e na química.

Sua solução metodológica para "salvar" a segurança da teoria científica (a falseabilidade da hipótese sob teste, não sua confirmação por novas observações favoráveis) permanece controversa até hoje, mas sua afirmação sobre **o status das afirmações científicas** construídas por indução (ou verificação) é não só genial, mas devastadora: a teoria científica será sempre **uma conjectura** sobre como algo se comporta no mundo. A melhor conjectura disponível, capaz de produzir os mais seguros resultados, mas sempre uma conjectura, passível de refutação (*Conjectures and Refutations*, de 1963, é sua obra chave sobre esta questão). Logicamente, não há como garantir uma relação de significado entre proposição científica e mundo real.

Uma afirmação de boa base científica pode acontecer **praticamente** sempre e de forma **praticamente** perfeita, a ponto de poder-se fundar sobre ela nossa vida social e pessoal, mas, do ponto de vista epistemológico, continuará apenas **um conhecimento prático**, o que significa: tem funcionado assim, você pode seguir fazendo com base nisso, que é seguro. Em muitas teorias da Física que pretenderiam exatidão, trabalha-se com aproximações de tal ordem que os físicos se referem à segurança dos resultados com a expressão padrão: "*FAPP (For All Practical Purposes)*". Na verdade, do ponto de vista da justificação epistemológica, o "fapp" seria uma cláusula universal à ciência empírica...

Se os limites e o status epistemológico da teoria empírica são assim frustrantes, as pretensões das teorias sociais, históricas e humanas em geral **que pretendessem** seguir o paradigma da ciência natural teriam que ser ainda mais modestas. Fora dele, no entanto, abre-se um horizonte de imensas possibilidades de criação teórica para aqueles campos. Inclusive - por que não? - a própria prática.

10 - O argumento de Quine contra a lógica do empirismo

No campo da lógica, a crítica que o Séc. XX trouxe à concepção ontológica da teoria científica teve um momento alto, na opinião dos que a observam hoje à distância. Refiro-me ao antológico ensaio de Willard Van Orman Quine, *The Two Dogmas of Empiricism* [1951, 1961], em Quine (1980).

Diferentemente de Popper, que critica a verificação (uma etapa do raciocínio indutivo) a partir de sua lógica interna, apontando-lhe o "salto", Quine parte dos estudos lógicos do significado do que se diz ou se afirma (proposições), na tradição de Charles S. Pierce e,

aliás, de boa parte da filosofia analítica. Note-se que a crítica não representa dúvida quanto ao dado de experiência, mesmo sendo ela limitada e dependente do instrumento - não se nega, obviamente, a realidade. A questão é da sustentação lógica da pretensão do empirismo como método ou crença de dar a suas teorias status ontológico.

Quine se fixa na análise da **sinonimidade** de significado. (Para se entender a sinonimidade, qualidade de significar o mesmo, imagine-se uma equação matemática qualquer: os termos da equação "significam" matematicamente a mesma coisa.) A sinonimidade é pretendida, mas de fato não existe entre as proposições envolvidas em uma verificação, ou seja, a proposição representada pela descrição direta de dados de experiência envolvidos no teste e a proposição da sua interpretação confirmatória ou negadora, resultante do teste.

Questiona Quine: "Qual é a natureza da relação entre a proposição [interpretativa] e as experiências que contribuem ou afastam a confirmação?" (p. 38). O que poderia justificar a sinonimidade ali? Nada, pois há uma redução forçada ("reducionismo", diz ele) de uma sentença qualificativa (este fenômeno é isso ou aquilo) a outra de experiência (o fenômeno ocorreu assim e assim) que o conectivo "é" não pode operar. O reducionismo permanece o mesmo, quer as sentenças sejam para um experimento verificativo quer para conjuntos deles.

Então, não se pode, logicamente, dizer que o mundo observado "é" descrito e explicado tal como é observado. No âmago da presunção de "correspondência" teoria científica-mundo real, há uma quase **arbitrariedade de significação**.

11 - Habermas e a teoria da verdade

Habermas (1997), põe-se contra a teoria da verdade como correspondência, a mais tradicional e paradigmática à ciência moderna, aqui objeto de nossa crítica, e aproximando-se de Quine, argumenta sobre isso em ensaio de 1972, *Teorias da Verdade*, republicado em uma coletânea de 1984. Partindo do fato, que não é a ocorrência em si, mas o que se afirma dela como verdade ("os fatos científicos", "isso é fato!"), ele pergunta (p. 117): "Como se relacionam os fatos que afirmamos, com os objetos de nossa experiência [aquilo a cerca de que fazemos as afirmações]?" E continua (p. 117-118):

"Um fato é aquilo que faz verdadeiro um enunciado. [...] Os fatos têm um status distinto dos objetos. [...] Com objetos, faço experiências, já os fatos, eu afirmo; não posso experimentar fatos nem afirmar objetos (ou experiências com objetos). Ao afirmar um fato, posso basear-me em experiências e referir-me a objetos. E se os objetos de nossa experiência são algo no mundo, não posso dizer dos fatos, da mesma forma, que sejam 'algo no mundo'. Mas é precisamente esta afirmação ou uma afirmação equivalente que acaba por fazer a teoria da verdade como correspondência: os enunciados verdadeiros devem 'corresponder' a fatos, expressão que só pode ter sentido se os correlatos dos enunciados representam algo real, ao modo como o são os objetos de nossa experiência, quer dizer, são 'algo no mundo'."

Habermas analisa, sempre no contexto de sua teoria fundamental da comunicação, o que considera essencial ao conceito de verdade: "Verdade é uma pretensão de validade que vinculamos a enunciados, ao afirmá-los." (Idem, p. 114) Note-se aí o afastamento completo de uma posição essencialista, a de procura da característica definidora do conceito que torna a coisa "verdadeira", e a adoção da perspectiva pragmática (a verdade é buscada no dizer, no por que e no como se diz). A verdade do que se afirma é, de si, uma "pretensão" porque, como ação, só se completa no reconhecimento por outrem. Diz ele (Idem, p. 115):

"A circunstância de que as pretensões de validade encontrem efetivamente reconhecimento pode ter muitas razões (ou causas). Mas, na medida em que 'da coisa mesma' se possa deduzir uma razão suficiente para o reconhecimento de uma pretensão de validade, decidimos que esta [a pretensão] é reconhecida porque, e exclusivamente porque, está justificada (ou parece justificada aos que a reconhecem). Uma pretensão está justificada só e na medida em que possa sustentar-se."

Habermas expõe e justifica amplamente esta sua posição, chamando-a "**teoria consensual da verdade**". Ele assume plenamente a consensualidade argumentativa em sua teoria, em que pese serem o trabalho empírico e toda a sofisticação metodológica que ele possa envolver comumente associados a uma teoria da verdade como correspondência do enunciado ao mundo real. Diz (p. 119):

"Certamente que no contexto de uma argumentação também se pode apelar à experiência. Mas o apelo metódico à experiência, por exemplo, em um experimento, depende, por seu lado, de interpretações que somente podem credenciar sua validade em um discurso. As experiências **apoiam** a pretensão de validade dos enunciados [...]. Uma pretensão **baseada** na experiência não é, porém, de modo algum, uma pretensão **fundada**." (grifos do original)

12 - A edição especial da RAE, reproduzindo artigos sobre teoria - uma nota crítica

Em projeto pioneiro e elogiável, de trazer para a academia brasileira o que de melhor ia saindo em publicações da Academy of Management (AoM), instituição tomada pela ANPAD como referência, edições de 1989 e 1999, e de outro *journal* de prestígio na área, *Administrative Science Quarterly*, edição de 1995, a Revista de Administração de Empresas (RAE), da EAESP/FGV, publicou três artigos em edição especial de julho/setembro de 2003 e seção sob o título Forum Desenvolvimento de Teoria. Os títulos são: "O Que Constitui uma Contribuição Teórica?" (David A. Whetten); "O Que Não É Teoria" (Robert I. Sutton e Barry M. Staw), e "Determinantes e Desenvolvimento de Escolas na Teoria Organizacional" (William McKinley, Mark A. Mone e Gyewan Moon).

Li, reli, citei e recomendei a publicação da RAE, sempre acrescentando um texto presente na mencionada edição de 1989 da AoM ³, mas ali não publicado: *Theory as Disciplined Imagination*, de Karl Weick (p. 516-531). Depois fui mudando de opinião. Hoje penso diferente a respeito dos três artigos da RAE, e este é o momento para expressar-me. Quanto ao texto de Weick, ainda aceito, sem dúvida, a ideia original dele, que é a criação imaginativa, mas já o coloco também no mesmo contexto de crítica à concepção.

Vejo nestes artigos exemplo claro de **formalização da teoria**, já como decorrência do que acima chamei tecnologização da criação teórica. Que é isso?

É a teoria como elemento e instrumento metodológico, que se "desenvolve" (Theory Development) **para** prosseguir a pesquisa. A cientificidade da pesquisa empírica exigiria sua prévia fundamentação em teoria; teoria individualmente identificável, nominada, com autoria até susceptível de copyright, como foi o caso da Grounded Theory. A teoria, para prestar-se aos diversos padrões metodológicos de pesquisa, bem aceitos na comunidade científica em que surgiu a AoM, precisaria revestir-se de características linguísticas prescritivas - aliás, ela é vista menos por sua criação de novo sentido conceitual a partir da tradição teórico-empírica anterior, do que por sua forma.

Ora, como é próprio a um tecido coerente de ideias desenhar-se conforme a natureza delas, teoria é algo de que não se pode exigir sentido formal estrito. O resultado dessa abordagem metodológica da teoria é que ela acaba confundida com hipótese sob teste verificativo, o que revela sua origem no positivismo.

Que diriam os autores desses artigos que formalizam teoria, se confrontados com alguns dos excelentes capítulos teóricos de colegas seus no *Handbook de Estudos Organizacionais*, por exemplo, de orientação etnográfica? Não seriam eles bons exemplos de teoria? De outra forma: em que texto "está" a Teoria Institucional? Como se define? Ou, mesmo, onde está exatamente, a teoria dos tipos ideais, de Weber? E não tem ela, no entanto, uma identidade muito clara e, há muito, referida por pesquisadores? A formalização excessiva não acrescenta nada a uma teoria, antes subtrai-lhe algo essencial: a imersão de suas fronteiras no conjunto maior da tradição teórica a que se vincula. E não adianta muito querer definir o que é e o que não é teoria, assim como não foi longe o projeto do próprio Popper, e de outros, de definir o que é e o que não é "ciência".

13 - Que estamos fazendo com teoria em nossa pesquisa?

Esta pergunta só pode ser respondida com recurso à experiência. Não tenho uma resposta que valorize populações mensuráveis, como em uma survey, mas vou tentar respondê-la o suficiente para contribuir com o objetivo do texto.

Em 2015, para elaborar capítulo de livro atualmente no prelo ("*Análise de Dados Qualitativos em Pesquisa: Múltiplos Usos em Administração*", organizado por Janette Brunstein, Arilda Schmidt Godoy, Eliane Pereira Zamith Brito e Emílio José Montero

³ Nesta edição da AoM (Academy of Management Review, v. 14, n. 4, Oct 1989) está outro artigo muito citado sobre teoria: *Nothing Is Quite Practical as a Good Theory*, de Andrew Van de Ven.

Arruda Filho, a ser editado pela Editora da Universidade Presbiteriana Mackenzie), tomei, **como uma amostra qualitativamente representativa do uso de teoria mais valorizado** na comunidade acadêmica de Administração e Estudos Organizacionais no Brasil, os artigos premiados em cada uma das 11 divisões da ANPAD no seu XXXVIII Encontro Nacional, no ano anterior (2014). Analisei detidamente dez trabalhos (uma das divisões não apresentou para premiação) tentando uma identificação do lugar e uso, na estrutura do artigo, do que ali era chamado "teoria". A representatividade qualitativa do que se valorizava na instituição como uso legítimo de teoria era alta porque se tratava de textos avaliados mais de uma vez e distinguidos para premiação.

Após um primeiro contato com os textos, e tendo em mente a pragmática da linguagem, na perspectiva de Wittgenstein, de que o significado deve ser buscado no uso, defini como critério o recurso do autor a elementos teóricos **para** preparar ou instrumentalizar outros elementos centrais da estrutura argumentativa (a teoria que "**servia para**") e, diversamente, o uso dela por seu valor próprio, dando-lhe posição central na estrutura. Chamei estes tipos de "uso funcional" e "uso referencial" (ou substantivo).

Dos dez, oito trabalhos eram nitidamente de uso funcional de teoria, sendo a empiria, geralmente testes estatísticos sobre dados originais ou secundários codificados em conceitos ("variáveis"), o centro de gravidade do texto. Dos dois trabalhos centrados em teoria, apenas um visava desenvolvê-la. Não é só a proporção (oito/dez) que dá o que pensar sobre o que aquela comunidade julga o melhor de sua contribuição. Mais duas conclusões me apareceram: a) dos oito, só três tinham uma contribuição aplicativa clara e alguns usavam modelos típicos de áreas experimentais, que não é bem o nosso caso; b) em todos, aparecia um traço comum: primavam pela sofisticação formal, eram demonstrações de metodologia! Não me lembro de ter visto ali uma ideia nova, bem contextualizada e discutida. Será que no ano seguinte, entre milhares de novas submissões, ela finalmente aparecerá?...

14 - Como eu gostaria de concluir

Voltando então ao nosso cenário, o trabalho acadêmico na área, como eu gostaria de concluir? Faço-o em dois pontos.

Primeiro ponto. Devemos considerar, na concepção e planejamento de nossos textos e cursos, sobretudo aqueles voltados para públicos profissionais, a ideia de dar à Administração uma orientação tecnológica. Para isso, é preciso:

- a) começar a preferir **o uso do termo "tecnologia"**, como feito aqui de início, como critério de criação, organização e reordenação de conhecimento, passando a tratar como significado secundário "tecnologia" no sentido de instrumental de conhecimento;
- b) deixar de tratar **a metodologia de pesquisa** nesse sentido restrito de "tecnologia", ou seja, como instrumental racionalizante. Metodologia é a grande concepção da investigação que eventualmente desce a práticas de produção de evidência, quantitativa ou não, mas não começa por aí. Uma subcultura positivista deixou distorções terríveis entre nós.

Entenderemos políticas e estratégias como formulações tecnologicamente orientadas. Estudos assim são C&T. Em um contexto de instituições voltadas para problemas econômicos e sociais, estudos que reúnem e tratam experiência anterior **para** entender o que se passa no momento ou o que se espera que venha a acontecer, têm orientação tecnológica, são C&T.

Muitos estudos de C&T não precisam teorizar nada. Não precisam ter seções artificiais de "fundamentação teórica". Todos precisarão, sem dúvida, esclarecer conceitos que usam, eventualmente indicando-lhes a procedência. Mas a justificação não é deles, propriamente, é da afirmação ou proposta central, conceitual ou prática, do artigo, texto ou relatório técnico.

Quanto mais vejo a chamada "produção acadêmica" com características de uma poderosa indústria, mais vejo a teoria ali como apenas um insumo.

Segundo ponto. Precisamos promover o gosto e a arte de fazer teoria pela teoria, se quisermos que a área venha a ser respeitada. Não é compilando, satisfeitos, elementos de outras áreas ou tomando como nossos seus paradigmas de pesquisa, sem sabermos como surgiram uns e outros. **Falta-nos imaginar teoria** e dizê-la justificadamente. E, enquanto não formos capazes de dizer (escrever) desta forma, temos que continuar, a partir de intuições de prática, estudando, revisitando tradições e teorias.

Risco de divagação, frouxidão conceitual e arbitrariedade? Sim!

Sugiro três características do trabalho teórico que podem prevenir estes desvios, se lhe elevarmos o nível: a) o apoio sólido e constante na tradição, sobretudo nos clássicos, simplesmente porque é assim que todos os grandes criadores de teoria trabalharam; b) a competência analítica no tratamento de metáforas e outras formas de pensamento analógico, porque desse tipo de pensamento é que surge a criação conceitual; c) deixar este tipo de trabalho para pesquisadores mais experientes, que entendam bem o significado (ou repercussão) prático dos conceitos. A criação teórica, porém, mesmo em níveis mais modestos, compensa o risco e a propedêutica.

No título de um *paper* de 1905, em momento crucial para o surgimento da teoria quântica, Einstein, então com 26 anos, usou a expressão "um ponto de vista heurístico" ("*Um ponto de vista heurístico sobre a emissão e transformação da luz*", título do artigo). Começou do puro exercício imaginativo sobre leitura anterior! Vinte e seis anos adiante, já cientista consagrado, disse sobre suas teorias, então testadas:

"Nenhum caminho lógico leva a tais leis elementares [da natureza]. Será exclusivamente uma intuição a se desenvolver paralelamente à experiência. (...) Aliás, esses conceitos e princípios se revelam como invenções espontâneas do espírito humano. Não podem se justificar a priori nem pela estrutura do espírito humano [referência às categorias transcendentais de Kant] nem a outra razão qualquer. (...) Mostram a parte inevitável, racionalmente incompreensível, da teoria." (EINSTEIN, 1981 [1931], p. 140, 148)

Como se vê, na teoria está em jogo um valor humano único: o lance imprevisível da imaginação!

Referências

- AUDI, R. (1999). Kant. *The Cambridge Dictionary of Philosophy*. 2ed. Cambridge University Press.
- CASSIN, Bárbara (1995). *L'Effet Sophistique*. Paris: Gallimard.
- DEMO, Pedro (1989) *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas.
- EINSTEIN, Albert (1981) [1931]. *Como vejo o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FAYOL, Henry (1954 [1916]). *Administração Geral e Industrial*. Rio de Janeiro: Atlas.
- FOUCAULT, Michel (2007). *As Palavras e as Coisas - Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. 9.ed. São Paulo: Martins Fontes, p. IX-XXII.
- HABERMAS, J. (1965) *Analytische Wissenschaftstheorie und Dialektik*. In: TOPITSCH, E. (org.) *Logik der Sozialwissenschaften*. Köln-Merlin, Klevenheuer, 1965.
- HABERMAS, J. (1997) [1984]. *Teoria de la Acción Comunicativa: Complementos y Estudios Prévios*. Madrid: Cátedra. p. 113-158.
- HACKETT, Edward J., et al. (eds) (2017). *The Handbook of Science and Technology Studies*. 4. ed., Cambridge, Mass., The MIT Press.
- KAHN, Charles H. (1997) *Sobre o Verbo Grego Ser e o Conceito de Ser*. Núcleo de Estudos de Filosofia Antiga, Departamento de Filosofia, PUC-Rio. Cadernos de Tradução, 1.
- KOIKE, Katsuzo; MATTOS, Pedro. L. C. L. (2001). Entre a *Epistêmê* e a *Phrónesis*: antigas lições para a moderna aprendizagem em Administração. *Perspectiva Filosófica*, v. 7, n. 13, jan./jul.
- POPPER, Karl (1989) [1963]. *Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge*. 5. ed., London: Routledge & Kegan Paul.
- POPPER, Karl (2013) [1979]. *Os Dois Problemas Fundamentais da Teoria do Conhecimento*. São Paulo, Unesp.
- QUINE, Willard V. O. (1984) [1951, 1953, 1961]. The Two Dogmas of Empiricism. In: *From a Logical Point of View*, 2. ed., Cambridge, Mass., Harvard University Press, p. 20-46.
- REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS (RAE) (2003). v. 43, n. 3, julho/setembro, p. 69-99.
- RÜDIGER, Francisco (2007). *Introdução às Teorias da Cibercultura - Tecnocracia, Humanismo e Crítica no Pensamento Contemporâneo*. 2. ed., Porto Alegre: Sulina.
- SANTOS, José T. (2004) El Nacimiento de la Verdad. *Métexis*, mar. 2004, p. 7-23.
- SISMONDO, Sérgio (2010). *An Introduction to Science and Technology Studies*. 2.ed., Chichester: Wiley-Blackwell.
- VAN DE VEN, Andrew H. (1989). Nothing Is Quite Practical as a Good Theory. *Academy of Management Review*, v. 42, n. 4, Oct 1989, p. 486-489.
- WEICK, Karl (1989). Theory Construction as Disciplined Imagination. *Academy of Management Review*, v. 42, n. 4, Oct 1989, p. 516-531.

